



portalbenews.com.br

SANTOS Wilson Sons entrega novo rebocador sustentável no complexo paulista ▶ **p6**

PERNAMBUCO Porto de Suape sela acordo para realocação de comunidade quilombola ▶ **p7**

Divulgação

Hidrogênio verde ganha impulso com R\$18 bilhões em incentivos fiscais

Programa do Governo foca em reduzir emissões em setores difíceis de descarbonizar, com benefícios fiscais para produtores e compradores até 2032 ▶ **p3**

Divulgação/CDC

Porto de Fortaleza vai dobrar capacidade de descarregamento de trigo ▶ **p7**



NACIONAL Portos do MA e RS são qualificados para programa de parcerias de investimentos ▶ **p3**

DUIMP Sistema de importação entra em vigor com promessa de reduzir prazos e custos ▶ **p4**

SUDESTE Espírito Santo lança programa para impulsionar logística e economia regional ▶ **p5**

EDITORIAL

O Duimp e a modernização do comércio exterior brasileiro

A entrada em vigor da Declaração Única de Importação (Duimp) nesta terça-feira, dia 1, é um marco importante na modernização do processo de importação no Brasil. Ao centralizar as informações em um único sistema e simplificar os procedimentos, a Duimp promete revolucionar a forma como as empresas brasileiras realizam suas operações de comércio exterior.

A expectativa de redução do tempo médio de liberação da importação de nove para cinco dias representa um ganho significativo para as empresas, que poderão otimizar seus processos internos e reduzir custos. Além disso, a maior agilidade nessas operações contribuirá para a diminuição dos estoques e para a melhoria da cadeia de suprimentos, beneficiando toda a economia.

A digitalização dos processos aduaneiros, iniciada há alguns anos, culminou na criação da Duimp, que representa um avanço ainda mais significativo. Ao integrar diversos órgãos governamentais e ao permitir o envio eletrônico de documentos, o novo modelo simplifica as burocracias e reduz a possibilidade de erros, proporcionando maior segurança jurídica para as empresas.

A economia estimada em mais de R\$ 40 bilhões por ano, decorrente da otimização dos processos de importação, demonstra o potencial da Duimp para impulsionar a competitividade das empresas brasileiras no mercado global. Ao reduzir os custos logísticos, a declaração torna os produtos brasileiros mais atrativos para os consumidores estrangeiros e fortalece a posição do país no comércio internacional.

É importante destacar que a implementação da Duimp é resultado de um trabalho conjunto entre o Governo e o setor privado. A participação de diversos atores nesse processo foi fundamental para identificar as necessidades das empresas e para desenvolver uma solução que atendessem às demandas do comércio exterior brasileiro.

A Duimp representa um passo importante na direção de um ambiente de negócios mais eficiente e transparente. Ao simplificar os processos de importação, o governo brasileiro demonstra seu compromisso em facilitar o comércio exterior e em promover o desenvolvimento econômico do País. A expectativa é que o novo modelo contribua para fortalecer a posição do Brasil como um parceiro comercial estratégico no cenário global.

No entanto, é preciso acompanhar de perto a implementação da Duimp e avaliar seus impactos a médio e longo prazo. É fundamental que o Governo continue investindo em tecnologia e em capacitação dos profissionais para garantir o bom funcionamento do sistema para oferecer o suporte necessário às empresas. Além disso, é importante que o setor privado se adapte às novas regras e aproveite ao máximo as oportunidades oferecidas pela nova declaração.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 3 Governo libera R\$ 18,3 bi em incentivos para hidrogênio de baixa emissão até 2032

HUB

- 3 Grupo CMA CGM consegue 51% do capital social da Santos Brasil

NACIONAL

- 3 Portos do MA e RS são qualificados para programa de parcerias de investimentos
- 4 Novo sistema de importação entra em vigor com promessa de reduzir prazos e custos

REGIÃO SUL

- 4 Ibituba abre consulta pública sobre normas de atracação e operação portuária

REGIÃO SUDESTE

- 5 Espírito Santo lança programa para impulsionar logística e economia regional
- 6 Wilson Sons entrega novo rebocador sustentável no Porto de Santos

REGIÃO NORDESTE

- 7 Porto de Fortaleza vai dobrar capacidade de descarregamento de trigo

Suape sela acordo para realocação de comunidade quilombola



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacynara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200

**Santos Brasil 1**

O grupo francês CMA CGM conseguiu adquirir a maioria do capital social da operadora portuária e logística Santos Brasil, uma das líderes na movimentação de contêineres nos portos brasileiros. Nessa segunda-feira, dia 30, a empresa nacional informou que a Ceva Logistics, subsidiária do grupo CMA CGM, concluiu a aquisição de 26,84 milhões de suas ações ordinárias, o equivalente a 3,14% do capital social. Como resultado, junto com a CMA Terminals Atlantic e a CMA Terminals, o grupo passou a controlar 214.991.864 ações ordinárias da companhia, além de 99.779.406 Global Depositary Receipts (GDRs), ou seja, 51% do capital social.

Santos Brasil 2

A compra das ações da Ceva é o mais recente capítulo na saga da CMA CGM para comprar a Santos Brasil e, assim, expandir suas operações portuárias no Brasil. Há uma semana, o grupo francês anunciou a conclusão da negociação para a obtenção de 48% das ações da empresa. Mas a operação ainda aguarda a autorização das autoridades brasileiras, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos.

Nova rota 1

Pela primeira vez, um carregamento de algodão foi transportado por trem das fazendas de Mato Grosso até o Porto de Itaguaí (RJ), onde foi embarcado com destino a Bangladesh, no sul da Ásia. A inédita operação foi realizada pela operadora ferroviária Brado Logística no último mês de julho, mas só foi divulgada nos últimos dias. Ela foi estruturada em parceria com a multinacional Cargill, a concessionária ferroviária MRS, a armadora Maersk e o terminal portuário Sepetiba Tecon, de Itaguaí.

Nova rota 2

De acordo com a Brado, a nova rota foi planejada para diversificar os trajetos e testar um novo porto de embarque e os modais de transporte utilizados, com foco em sustentabilidade e eficiência - a opção pela ferrovia garantiu uma menor emissão de gases do efeito estufa durante o deslocamento da carga. Foram utilizados 40 vagões, que levaram 40 contêineres carregados com pouco mais de mil toneladas de pluma de algodão. Como resultado, segundo a empresa, 177 toneladas de CO2 deixaram de ser liberados na atmosfera, o equivalente à emissão anual de 38 veículos.

Pouso forçado

Um avião da Azul precisou fazer um pouso forçado na manhã dessa segunda-feira, dia 30, no Aeroporto de Salvador (BA). O voo tinha saído de Recife (PE) com destino ao Rio de Janeiro, mas segundo a companhia aérea, foi necessário um "pouso não programado por problemas técnicos", que não foram detalhados. A concessionária também não informou o que houve com a aeronave.

Governo libera R\$ 18,3 bi em incentivos para hidrogênio de baixa emissão até 2032

Novo programa fiscal impulsiona descarbonização em setores industriais e prevê benefícios para empresas que investirem em hidrogênio sustentável

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O Governo Federal liberou R\$18,3 bilhões em benefícios fiscais para produtores e compradores de hidrogênio de baixa emissão de carbono entre 2028 e 2032. O Projeto de Lei, que tramitou no Congresso Nacional ao longo do ano, foi sancionado pelo presidente da República e publicado no Diário Oficial da União da segunda-feira (30).

A Lei 14.990 cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono e Investimentos, estabelecendo que créditos fiscais poderão ser utilizados para reduzir tributos federais. Caso a empresa beneficiada não tenha impostos a compensar, o valor poderá ser solicitado em espécie, com pagamento previsto em até 12 meses.

A prioridade dos incentivos será para setores industriais que apresentem maiores desafios para descarbonização, como os segmentos siderúrgico e petroquímico. Além disso, o programa visa fomentar o uso do oxigênio no transporte pesado, como o marítimo.

A sanção presidencial ocor-



A prioridade dos incentivos do Governo será para setores industriais que apresentem maiores desafios para descarbonização, como os segmentos siderúrgico e petroquímico

reu sem vetos ao texto aprovado pelo Congresso, que teve como relator na Câmara o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP). O PHBC inicialmente fez parte do projeto que foi aperfeiçoado na Lei 14.948/24, que estabelece o marco regulatório do hidrogênio de baixa emissão de carbono. Contudo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) havia vetado o programa, justificando que ele violava as regras orçamentárias.

Após negociações com o Congresso, foi elaborado um texto alternativo, que deu origem ao Projeto de Lei 3027/24, de autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder

do Governo na Câmara.

O novo programa estabelece limites anuais para a concessão de créditos fiscais: R\$1,7 bilhões em 2028, R\$ 2,9 bilhões em 2029, R\$ 4,2 bilhões em 2030, R\$ 4,5 bilhões em 2031 e R\$ 5 bilhões em 2032.

Entre os critérios para a concessão dos benefícios estão a contribuição ao desenvolvimento regional, o apoio às medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, o estímulo à difusão tecnológica e a diversificação do parque industrial brasileiro.

A concessão dos créditos fiscais será precedida de um processo concorrencial, que ainda será regulamentado pelo

Governo. As empresas interessadas deverão apresentar projetos que atendam aos requisitos estabelecidos pela Lei, e os vencedores poderão utilizar os benefícios para amortizar o custo da produção ou compra de hidrogênio de baixa emissão de carbono.

As orientações e melhorias do PHBC serão acompanhadas por relatórios anuais, que deverão ser publicados pela União, contendo os resultados obtidos e a lista de projetos habilitados. Caso algum beneficiário descumpra as regras do programa, estará sujeito a sanções, como a devolução dos créditos obtidos e a aplicação de multas.

Portos do MA e RS são qualificados para programa de parcerias de investimentos

Portos do Itaqui e de Rio Grande são incluídos no PPI, ampliando oportunidades de concessão para melhorar infraestrutura e eficiência logística

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O Governo Federal qualificou os terminais portuários IQI 16 e RIG 25 para o âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. A medida, publicada no Diário Oficial da União na segun-

da-feira (30), abrange o Porto Organizado de Itaqui, no Maranhão, e o Porto Organizado de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

O Decreto nº 12.203, do último dia 27, estabelece que o Terminal IQI 16, com área de 21.830 metros quadrados, será dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente

fertilizantes.

Já o Terminal RIG 25, com 48.982 metros quadrados, será voltado para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, com foco em produtos petroquímicos.

Com essa qualificação, os terminais poderão ser incluídos em futuros processos de concessão ou arrendamento, conforme os critérios estabeleci-

dos pela União.

A inclusão desses empreendimentos no PPI faz parte da estratégia do Governo Federal de atrair investimentos privados em infraestrutura portuária, ampliando a capacidade de operação e a eficiência logística dos portos brasileiros. O decreto foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa.

NACIONAL

Novo sistema de importação entra em vigor com promessa de reduzir prazos e custos

Com a Duimp, o tempo médio de importação deve cair de nove para cinco dias, gerando economia anual estimada em R\$ 40 bilhões

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenebnews.com.br

A partir desta terça-feira, 1º de outubro, entra em vigor a Declaração Única de Importação (Duimp), substituindo a Declaração de Importação (DI) e a Declaração Simplificada de Importação (DSI). A expectativa do Governo é que a transição traga uma desburocratização com a redução do tempo médio na operação de importação de nove para cinco dias.

O Portal Único Siscomex, lançado em 2018, será a plataforma exclusiva para o gerenciamento das operações de importação até o final de 2025, quando o sistema atual será desliga-

do. A mudança faz parte do Novo Processo de Importação que visa otimizar a gestão de riscos, centralizar inspeções e proporcionar maior consistência nos dados de comércio exterior.

A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) dividiu a migração para a Duimp em três fases. A primeira, que se inicia em outubro, abrange o modal marítimo sem anuência de órgãos específicos, além dos regimes especiais Recof (Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado) e Repetro (Regime Aduaneiro Especial De Importação e Exportação de Bens Destinados à Pesquisa e Lavra de Petróleo E Gás).

No primeiro semestre de 2025, o processo será ampliado para o modal aéreo e as opera-



Segundo o Governo, a Secex dividiu a migração para a Duimp em três fases. A primeira, que se inicia em outubro, abrange o modal marítimo sem anuência de órgãos específicos

ções sujeitas a licenciamento por todos os órgãos anuentes da Receita Federal no país. A última fase, prevista para o segundo semestre de 2025, incluirá o modal terrestre e as

operações na Zona Franca de Manaus (AM).

O novo modelo permitirá o envio eletrônico de documentos necessários para exportação e importação, centralizando dados em um único sistema acessível aos órgãos governamentais. A medida pretende simplificar auditorias, melhorar o gerenciamento de riscos e criar estatísticas para avaliar o desempenho das operações.

Segundo dados da Receita Federal, a otimização no tempo e processos pode gerar uma economia superior a R\$ 40 bilhões ao ano, considerando os

custos de mercadorias paradas.

José Carlos de Araújo, coordenador-geral de Administração Aduaneira da Receita Federal, destacou os avanços trazidos pela digitalização dos processos aduaneiros nos últimos anos. Entre os marcos apontados, estão a implementação da anexação eletrônica de documentos em 2015, o mapeamento de processos em 2016, e a integração completa do controle aduaneiro à declaração única de exportação em 2018.

“A redução de tempo nas exportações já se estabilizou em torno de 4,8 dias. Com a DUIMP, esperamos alcançar resultados semelhantes para as importações”, afirmou. Araújo ressaltou que a integração de diversos órgãos públicos ao sistema, em parceria com o setor privado, foi essencial para identificar e atender às reais necessidades do comércio exterior brasileiro.

“A redução de custos e tempos é fundamental para dinamizar o comércio e tornar nossos produtos mais competitivos”, concluiu Araújo.

A Secex faz parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A **Multirio** é referência na movimentação de contêineres e cargas especiais, oferecendo soluções eficientes e seguras. É parte do grupo **Multiterminais** que integra terminais retroportuários e portos secos, atuando com excelência na **logística integrada de cargas**.



MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA
www.multiterminais.com.br

REGIÃO SUL

Imbituba abre consulta pública sobre normas de atracação e operação portuária

Com a movimentação crescente, Autoridade Portuária busca sugestões para atualizar regulamentações e manter o porto competitivo

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

A Autoridade Portuária de Imbituba, em Santa Catarina, abriu uma consulta pública para tomada de subsídios referente à resolução nº 057/2020 que regulamenta os procedimentos operacionais de prioridade, preferência de atracação e produtividade no complexo portuário.

As contribuições e sugestões deverão ser apresentadas do dia 1º até o dia 20 deste mês. “Tal iniciativa é essencial para assegurar que o Porto continue

crescendo e realizando suas operações com a máxima eficiência, considerando a evolução das demandas logísticas e o crescimento acentuado de sua movimentação portuária nos últimos anos, mantendo-se como porto eficiente e competitivo para atração de cargas”, disse a Autoridade Portuária em nota.

Interessados em oferecer sugestões quanto ao assunto e responder a pesquisa de opinião, o edital de tomada de subsídios encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://portodeimbituba.com.br/consultas-publicas/>

REGIÃO SUDESTE

Wilson Sons entrega novo rebocador sustentável no Porto de Santos

O WS Onix faz parte de uma série de seis rebocadores construídos pela companhia nos últimos dois anos

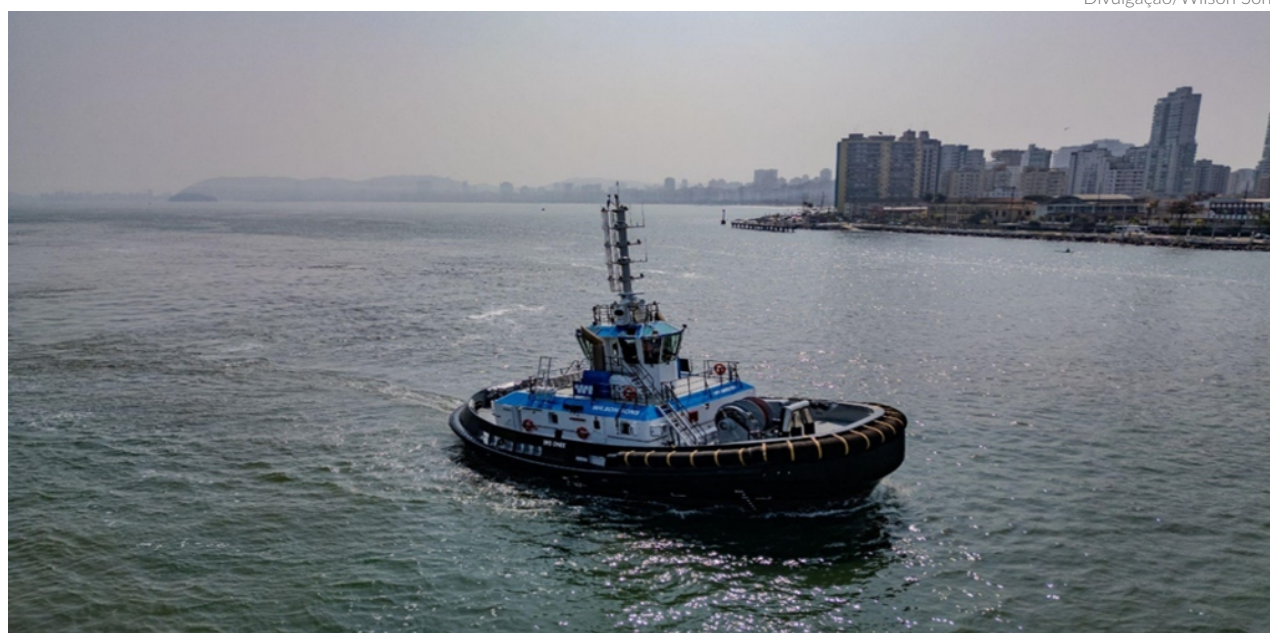
Divulgação/Wilson Sons

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenews.com.br

A operadora logística Wilson Sons iniciou a operação do rebocador WS Onix no Porto de Santos (SP), o maior complexo portuário do país. Trata-se do sexto rebocador da classe 2513 que foi construído na companhia, localizado na margem esquerda do cais santista, em Guarujá (SP).

O WS Onix faz parte de uma série de seis embarcações lançadas pela Wilson Sons nos últimos dois anos. Com a mais recente entrega, a companhia alcançou a marca de 154 embarcações construídas em seu estaleiro.

Esses tipos de rebocadores possuem tecnologia sustentá-



O WS Onix é o sexto rebocador da classe 2513 que foi construído no estaleiro da Wilson Sons, localizado na margem esquerda do Porto de Santos, na cidade de Guarujá

portuárias quanto na rebocagem oceânica.

Segundo a Wilson Sons, a construção dos seis rebocadores contou com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O WS Centaurus, primeiro da série, foi entregue em julho de 2022 e atua nos terminais de Ponta da Madeira, Itaqui e Alumar (MA), operando com navios de grande porte. Em seguida, foram lançados os rebocadores WS Orion, WS Rosalvo, WS Castor, WS Dorado e, mais recentemente, o WS Onix.

vel, com mais de 90 toneladas de tração estática (bollard pull) e são os primeiros no Brasil a atender o padrão IMO TIER III da Organização Marítima Internacional, que exige redução de até 70% nos óxidos de nitrogênio.

Esse padrão só é obrigatório em áreas de controle de emissões como na América do Norte e Europa.

Com o novo design de casco, desenvolvido pela empresa holandesa Damen Shipyards, as

embarcações diminuem as emissões de gases de efeito estufa, reduzindo em até 14% o consumo de combustíveis fósseis. Elas têm 25 metros de comprimento, 13 metros de largura e são eficazes tanto em manobras

TV BE News ampliou seu alcance!



Agora você pode acompanhar a programação da TV BE News:

 Portal BE News: www.tvbenews.com.br

 Canal do Youtube

 Canal 19 da TV aberta na Grande Campinas
2,7 milhões de espectadores

 Canal 82 na Sky
Alcance nacional, com mais de 3 milhões de assinantes

 Canal 58 nas novas parabólicas
Alcance nacional, com mais de 1 milhão de usuários

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV

REGIÃO NORDESTE

Porto de Fortaleza vai dobrar capacidade de descarregamento de trigo

Cais cearense importou novos equipamentos da Bélgica e pretende movimentar 1.200 toneladas por hora

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenews.com.br

O Porto de Fortaleza (CE), que é um dos que mais movimentam trigo no país, vai dobrar a sua capacidade de descarregamento de trigo até o fim do mês.

A Tergran, empresa instalada no porto e formada por três gigantes do setor (M. Dias Branco, J. Macêdo e Grande Moinho Cearense), deve concluir a montagem de um descarregador de navios (sugador), equipamento importado da Bélgica.

De acordo com as projeções da empresa, a capacidade nominal de descarregamento que, atualmente, é de até 600 toneladas/hora, vai passar para até 1.200 toneladas/hora.



Divulgação

Com a aquisição do descarregador de navios, a capacidade nominal de descarregamento no Porto de Fortaleza, que hoje é de até 600 toneladas/hora, vai passar para até 1.200

“A aquisição desse equipamento vai nos trazer resultados ainda mais expressivos. O que mostra a vocação do Porto de Fortaleza para o crescimento do trigo, um segmento imprescindível para a economia do nosso

estado. Portanto, estamos muito otimistas com essa nova etapa”, disse o diretor-geral da Tergran, Vanildo Muniz.

O Porto de Fortaleza é um dos maiores polos trigueiros do país, segundo a Agência Nacio-

nal de Transportes Aquaviários (Antaq). No ano passado, as três empresas que compõem o Tergran beneficiaram, juntas, mais de um 1 milhão de toneladas de grãos de trigo. Nesse mesmo período, o Porto de Fortaleza

movimentou exatos 1.031.138 toneladas do produto, superando todos os outros portos brasileiros em desembarque de trigo pelo segundo ano consecutivo.

Na segunda colocação ficou o Porto de Santos (SP), com 897 mil toneladas, e o terceiro posto foi do Porto de Suape, com 500 mil toneladas.

“É um número muito significativo, (situado) em um patamar consistente. Isso consolidou o Porto de Fortaleza na posição de líder do segmento, pelo fato de ter superado os principais portos brasileiros (aí incluído o de Santos, o maior da América Latina), por dois anos consecutivos. Nos últimos quatro anos, o Mucuripe liderou três vezes o ranking nacional”, comemorou o diretor-presidente da Companhia Docas do Ceará, Lucio Gomes, na divulgação dos números.

Suape sela acordo para realocação de comunidade quilombola

Iniciativa tomada em conjunto com a UPE prevê que a transferência dos remanescentes do Quilombo Ilha das Mercês seja feita de forma sustentável

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenews.com.br

O Complexo Industrial Portuário de Suape e a Universidade de Pernambuco (UPE) assinaram contrato para execução da iniciativa Raízes em Movimento, um projeto de realocação e preservação cultural dos remanescentes do Quilombo Ilha de Mercês.

O objetivo é permitir que a realocação seja realizada de maneira sustentável, promovendo o bem-estar e a continuidade cultural do Quilombo Ilha de Mercês. O ato contou com a presença do diretor-presidente de Suape, Márcio Guiot; do vice-reitor da UPE, professor José Roberto Cavalcanti; do diretor do laupe, professor Pedro Falcão; e do presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas da Ilha de Mercês, Magno Emanuel Araújo.



Divulgação/Suape

Participaram do ato o presidente de Suape, Márcio Guiot; do vice-reitor da UPE; o diretor do laupe, e o presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas da Ilha de Mercês

“Estamos comprometidos em garantir uma transição sustentável e inclusiva, preservando a cultura, a ancestralidade e os modos de vida tradicionais da comunidade. O projeto tem como base equilibrar o desen-

volvimento econômico da região com o respeito aos direitos humanos, sociais e ambientais, assegurando que todos tenham acesso a habitações adequadas, serviços essenciais e oportunidades de emprego e

renda, promovendo, assim, um futuro mais justo e equilibrado para todos”, comentou Marcio Guiot.

O projeto foi dividido em cinco fases, com duração de dois anos. O escopo prevê a

preparação e diagnóstico inicial; análise do contexto socioeconômico, ambiental, antropológico, histórico e cultural; planejamento estratégico e negociações de indenização e realocação; implementação e monitoramento; e, na última etapa, a publicação de um livro memorial sobre o Quilombo Ilha de Mercês, além da organização de eventos e exposições para celebrar a história, a cultura e as contribuições da comunidade quilombola.

Ilha de Mercês

A área onde a comunidade está localizada foi desapropriada pelo Governo de Pernambuco em 1992 para a empresa pública Suape, que a definiu como zona industrial. Em 2016, o Quilombo Ilha de Mercês foi certificado pela Fundação Palmares e está em processo de titulação pelo Incra desde 2017. A comunidade tem raízes nos latifúndios de açúcar da região.